

O CASO RCTV: A CONCESSÃO DO PÚBLICO

Mural Produzido em:
09/2007

Coordenação:
Carla Luciana Silva
Fernando Henrique Paz

Acadêmicos:
Sandra Popiolek
Martha de A. Piloto
Gervasio Cezar Junior
Alexandre R. Valcareghi
Mauro C. Vaz de Camargo Jr
Carlos Mauricio Trindade
Suzane C. Pantolfi Tostes

El Comandante e os limites da revolução bolivariana

Carlos Mauricio Trindade

Martha Piloto

A Venezuela é um país do qual não escutávamos muito, mas desde 1999, quando começou a ser traçada uma nova política no país, as atenções de todo o mundo se voltaram para sua política, economia e governo.

A Venezuela saiu de uma economia agrícola e se voltou para o setor petrolífero, crescendo muito economicamente, mas isso não acabou com as desigualdades sociais “os 10% mais pobres da população detêm apenas 1,6% da renda nacional, e os 10% mais ricos, 32%. A pobreza alcança 85% da população, enquanto as classes A e B, somadas representam somente 3,5% do total”.¹

Após um fracassado golpe militar em 1992, quando Carlos Andrés Pérez estava no poder, Chávez ganhou as eleições diretas para a presidência, em 1999, de forma democrática, e, a partir disso, governos como dos EUA começaram a se preocupar com a economia do país e com as negociações do petróleo barato que compravam da Venezuela.

Temos na imagem de Chávez a construção de um imaginário, sempre remetendo às lutas e conquistas de Simon Bolívar, como se a sua imagem fosse parecida com a de um homem que ajudou nas lutas das colônias da América Latina contra a metrópole. Chávez apropria-se dessa imagem de forte e lutador, remete a si mesmo esse imaginário, sempre usando Simon Bolívar em suas falas, como se ele também fosse libertar a América Latina da metrópole estadunidense.

O discurso de Chávez vai justamente contra os “Donos do Petróleo”, Chávez se mostra como um homem do povo e que conhece suas necessidades. Sendo assim, seus discursos sempre estão com a fala direcionada para a divisão das riquezas do país com toda a população, como se esse fosse o caminho para acabar com a desigualdade de forma rápida. Mas isso tudo acaba não saindo de seus discursos.

Na prática a política de Chávez não está dividindo a riqueza do país com toda a população, mas sim proporcionando à população pobre programas assistencialistas de forma imediata. Chávez gasta mais de 31% dos recursos públicos nesses programas, mas não apresenta propostas concretas de como ocorrerá uma melhor distribuição das riquezas do país.

Esses programas assistencialistas são as únicas ferramentas que Chávez tem para conseguir o apoio do povo e se manter no poder. Em 2002, quando Chávez sofreu o Golpe Militar, ou em 2004, quando chamaram um plebiscito para a retirada ou não de Chávez do poder, o apoio da população foi essencial para que o mesmo se mantivesse no poder. A população tem se mobilizado e se articula ao seu favor, entrando até mesmo em conflito com a polícia para proteger aquele que, no imaginário chavista, é o único que os defende.

¹ UCHOA, Pablo. Venezuela: a encruzilhada de Hugo Chávez. Globo Editora, São Paulo, 2005.

Dar um Golpe é democrático?

Alexandre Valcarenghi

Suzane Tostes

No dia 11 de abril de 2002 o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, sofreu um golpe. O mesmo foi planejado pelos meios de comunicação venezuelanos que atendiam à elite e ao governo estadunidense.

Alguns representantes da grande mídia venezuelana, atendendo à elite e aos EUA, organizaram uma manifestação popular, com o suposto objetivo de reagir contra o “caos” que o governo Chávez estaria causando no país. Convocados pela oficialista Rede Caracas, a população compareceu em massa desde o dia 6/4/2002 em manifestações populares por toda capital Caracas. No dia 11/04 aproveitando o “gancho” das manifestações e passeatas que estavam ocorrendo em frente ao palácio Miraflores, a RCTV declarou o verdadeiro objetivo dos golpistas: indeferiram a suposta greve e anunciaram o golpe, exigindo a renúncia do presidente eleito da Venezuela, Hugo Chávez.

Usando esse episódio os opositores de Chávez invadiram o palácio Miraflores e tentaram obrigar Chávez a assinar sua renúncia do cargo de presidente da Venezuela. Como este não aceitou, foi levado e isolado em várias bases militares na Venezuela sob a escolta da parcela golpista do exército venezuelano.

O golpe durou três dias, e dentro desses a grande mídia encobriu muitos fatos, manipulou as informações que eram passadas à população daquele país, construindo os fatos a favor da elite golpista. A RCTV anunciou a suposta renúncia de Chávez e a posse de Pedro Carmona, um poderoso empresário presidente da FEDECAMARAS (Federação de Câmaras). Este foi logo reconhecido como novo presidente pelo governo dos EUA, que apoiava totalmente o golpe e financiava os opositores elitistas venezuelanos desde 2001.

Outro ponto muito importante que deve ser ressaltado é que o golpe sofrido por Chávez só aconteceu pelos seus posicionamentos políticos nacionalistas “audaciosos” tais como: preservar e fixar os lucros nacionais, principalmente na área petrolífera, com as vendas feitas pela empresa estatal PDVSA, e pela sua oposição ferrenha às práticas políticas e econômicas imperialista dos EUA.

Essas práticas nacionalistas eram consideradas afrontas pelos EUA e pela elite venezuelana. A grande mídia da elite ajudou a forjar o golpe e divulgar notícias falsas e imprecisas para a população venezuelana.

Isso nos faz questionar o que é democracia para os EUA e para a elite venezuelana. Dar um golpe em um presidente eleito pelo povo é mais ou menos democrático do que não renovar a concessão pública de um canal de televisão?

Você decide: sim ou não à concessão?

Mauro Cezar Vaz de Camargo Junior

Sandra Popiolek

Na noite do dia 27 de maio de 2007, um dos maiores canais de comunicação da Venezuela, a RCTV (Rádio Caracas Televisión) saiu do ar devido à não renovação da concessão pelo Governo após 53 anos de funcionamento. A RCTV deixou de operar, trazendo uma grande revolta, principalmente dos meios de comunicação nacional e internacional.

A RCTV trata do ocorrido como censura e uma forma do Governo se vingar da emissora, pelo fato dela apoiar o Golpe de Estado contra Hugo Chávez em 2002. A emissora acusa o Governo de ser antidemocrático pela não renovação da concessão, porém não leva em conta o fato de Hugo Chávez seguir a Constituição e ter esperado vencer o contrato. Se esse fato se tratasse de uma vingança, o presidente poderia ter rompido o contrato de concessão quando reassumiu o Governo após o Golpe, alegando que a RCTV tinha atentado contra a democracia no país e teria desinformado a população omitindo as notícias reais.

O Governo Venezuelano, tendo em vista sua Constituição, tem autonomia de renovar ou não a concessão, haja vista que existem normas para uma emissora de televisão ou de rádio ir ao ar, como por exemplo: caso de má qualidade técnica, desrespeito às leis trabalhistas, aos direitos previdenciários, entre outros. A mídia omite também o fato de que a RCTV, ao longo dos 53 anos de concessão, em algumas ocasiões saiu do ar por não ter cumprido o regimento de funcionamento dos meios de comunicação.

A não renovação da concessão foi tratada pela grande mídia como fechamento (portanto, um ato autoritário), e não como a não renovação de um “contrato”, alegando que era uma atitude antidemocrática. Porém, esse apelo não surtiu efeito, pois a RCTV foi fechada e no seu lugar passou a operar a TV Estatal. Essa substituição é vista pelas outras emissoras privadas da Venezuela como repressão à liberdade de expressão, pois há uma divergência de posições e opiniões entre a rede estatal e as privadas.

Inclusive no Brasil, mais de 180 emissoras de rádio e televisão têm também as suas concessões vencidas em 2007. Não sendo diferente da Venezuela, o Brasil tem suas normas de funcionamento para os meios de comunicação. Na própria Constituição consta o Artigo 220, do Capítulo V, que diz respeito à comunicação social, que regulamenta o funcionamento desses meios de comunicação e no Artigo 223 se regulamenta as concessões dentro do Brasil.

Será que é justa a renovação de uma concessão quando uma emissora “manipula as informações sobre o que acontece diariamente no Brasil”, fugindo das regulamentações previstas na Constituição? No dia 5 de outubro vencem as concessões da Rede Globo, TV Bandeirantes e TV Record. Nesse dia estão previstas manifestações por parte de movimentos sociais que se sentem

reprimidos e prejudicados pela falta de democratização da comunicação e transparência na outorga e renovação das concessões de rádio e televisão.